

*Brasília, 19 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Band.com.br

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Análise de patentes no Brasil demora anos e mobiliza projetos no Congresso ..... 3**

## Blog Coluna Capital - O Globo Online

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Novo Nordisk quer barrar rival nacional do Ozempic acusando EMS de violar marca... ..... 4**

## Jota Info

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Ministério da Saúde: PL que amplia prazo de patente pode custar R\$ 3 bi a mais par... ..... 5**

## Migalhas

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | ABPI

**MIGALHAS nº 6.372 ..... 7**

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Exame de legitimidade do art.128 da LPI e limites da atuação do INPI ..... 12**

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**INPI amplia diálogo com comunidade de propriedade intelectual ..... 14**

## O Globo

Sexta-feira, 19 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Novo Nordisk acusa EMS de violar suas marcas ..... 16**

## Folha.com

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Quem consegue guardar um segredo comercial? ..... 17**

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Projeto de terras raras no Congresso aprofunda reprimarização da economia ..... 19**

## O Globo Online

Sexta-feira, 19 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Existe plágio de roupa? Entenda o que pode acontecer com Shakira depois de acu... ..... 21**

## A Tarde - Últimas Notícias

Quinta-feira, 18 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Farmacêutica do Ozempic processa uso de caneta brasileira; entenda ..... 23**

## Análise de patentes no Brasil demora anos e mobiliza projetos no Congresso



Atualmente, o Brasil adota a legislação padronizada mundialmente. O inventor que desenvolve uma nova tecnologia obtém o direito de usufruir da própria **patente** pelo período de 20 anos

A lentidão na análise de patentes é um dos principais problemas enfrentados por criadores de produtos no Brasil. Projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional tentam mudar a regra atual, enquanto o órgão responsável pela fiscalização e concessão dos registros pleiteia mais recursos financeiros para dinamizar o processo.

### Compartilhar

Atualmente, o Brasil adota a legislação padronizada mundialmente. O inventor que desenvolve uma nova tecnologia obtém o direito de usufruir da própria **patente** pelo período de 20 anos. Durante as duas décadas de vigência da proteção legal, terceiros ficam proibidos de copiar o projeto, a menos que realizem o pagamento correspondente pelo direito de uso da tecnologia.

A lógica do sistema regulatório serve para compensar o investimento financeiro inicial e incentivar a produção de novas criações no país. No entanto, o prazo de vigência começa a ser contado a partir do momento em que o inventor protocola o pedido, e

não no dia em que o registro é concedido. Como o período de análise na autarquia costuma durar anos, o tempo disponível para o criador lucrar com o invento acaba consideravelmente reduzido.

Falta de orçamento trava automação de autarquia

O **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, é o órgão responsável por avaliar e deferir as **patentes**. A falta de orçamento adequado é apontada pela direção da entidade como o principal obstáculo para dar agilidade aos exames técnicos.

Júlio César Castelo Branco detalha que o instituto arrecada cerca de R\$ 1 bilhão por ano. Para o orçamento institucional, a autarquia solicita o repasse de R\$ 100 milhão, o equivalente a 10% do montante total arrecadado. De acordo com Júlio César Castelo Branco, a capacidade de receber os recursos financeiros adequados é fundamental para realizar a automação dos sistemas, acelerar a decisão dos processos e manter a qualidade na avaliação dos pedidos de patentes. O objetivo do órgão é fixar o tempo de análise em dois anos.

Propostas na Câmara criam registros provisórios

Duas propostas principais tramitam na Câmara dos Deputados para tentar solucionar o impasse dos inventores. O Projeto de Lei 2210, apresentado em 2022, prevê a criação do pedido de patente provisória, uma modalidade que reduz a burocracia e exige um custo financeiro inicial menor para o empreendedor.

Outra medida em discussão é o Projeto de Lei 5810, de 2025. O texto propõe que o tempo gasto pela autarquia federal durante a análise técnica seja integralmente adicionado ao tempo total de direito que o inventor possui sobre a patente.

## Novo Nordisk quer barrar rival nacional do Ozempic acusando EMS de violar marcas



Capital Depois de ter perdido a batalha pela extensão da patente da semaglutida, princípio ativo de canetas emagrecedoras como o Ozempic, a gigante dinamarquesa Novo Nordisk quer agora barrar a recém-lançada caneta emagrecedora da EMS com outra estratégia: acusando o produto da farmacêutica brasileira, o Ozivy, de violar suas marcas Ozempic e Wegovy.

A companhia acaba de processar a EMS e o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** na 31ª Vara Federal do Rio, pedindo a nulidade do registro da marca Ozivy, concedido à EMS em março. Segundo a Novo Nordisk, o nome causa confusão, associação indevida e "aproveitamento parasitário da reputação alheia".

"A EMS poderia ter escolhido qualquer sinal próprio, autônomo e suficientemente distinto para identificar seu produto. Não o fez. Optou por OZIVY, marca curta que começa com OZ, como

OZEMPIC, e termina com VY, como WEGOVY. A escolha não se explica por exigência técnica, regulatória, farmacológica ou terapêutica", escreveram os advogados da Novo Nordisk. "O sinal OZIVY não remete à semaglutida, à indicação terapêutica ou a qualquer característica objetiva do medicamento. Sua lógica está na aproximação com as marcas da Novo."

Ainda não houve qualquer decisão da Justiça sobre a ação, iniciada na noite de quarta-feira.

O que diz a EMS

Procurada pela coluna, a EMS disse que "recebeu a ação com tranquilidade e confia na manutenção do registro de marca concedido pelo **INPI**".

"A companhia afirma que Ozivy é uma marca original, construída por meio de um processo técnico e independente de desenvolvimento de branding farmacêutico, e ressalta que seguirá concentrada em ampliar o acesso dos pacientes brasileiros a tratamentos de qualidade, em um ambiente de livre concorrência e respeito às decisões regulatórias e institucionais do país", acrescentou.

O medicamento Ozivy começou a ser vendido no Brasil esta semana. Trata-se do primeiro fármaco com semaglutida sintética a receber o aval da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** para o tratamento do diabetes tipo 2. No Programa Vida + Leve, oferecido pela EMS, é apresentado um pacote com duas canetas multidoses de 1 mg, correspondente aos três primeiros meses de tratamento, por R\$ 863,23 - o equivalente a R\$ 287 por mês.

## Ministério da Saúde: PL que amplia prazo de patente pode custar R\$ 3 bi a mais para SUS



Técnicos do ministério levaram em consideração os preços de quatro medicamentos: Aflibercepte, Blinatumomabe, Nivolumabe e Ofatumumabe

O Ministério da Saúde enviou ao Congresso parecer com recomendação desfavorável à aprovação do PL 5810/2025, que cria um mecanismo de ajuste do prazo de vigência de patentes de medicamentos, no caso de atraso na tramitação de pedidos no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o vice-presidente Geraldo Alckmin já haviam feito manifestações contrárias à proposta.

O parecer apresentado traz agora uma análise detalhada do impacto de uma eventual aprovação ao Sistema Único de Saúde e à saúde suplementar. Para fazer a projeção, técnicos do ministério levaram em consideração os preços de quatro medicamentos: Aflibercepte, Blinatumomabe, Nivolumabe e Ofatumumabe.

Com notícias da Anvisa e da ANS, o JOTA PRO Saúde entrega previsibilidade e transparência para empresas do setor

Num cenário conservador, a eventual extensão da patente poderia gerar um acréscimo de gastos de R\$ 1.242.022.375,12 para o SUS e de R\$ 1.806.787.942,06 para a saúde suplementar. Os valores levaram em consideração o aumento de gastos para o período de extensão de patente, caso a regra estivesse em vigor.

Em um cenário moderado, que considera reduções de preços de até 60% para medicamentos genéricos e de até 50% para produtos biológicos não novos, o impacto orçamentário incremental agregado é estimado em R\$ 3.105.055.937,81 para o SUS e em R\$ 4.516.968.730,16 para a saúde suplementar.

"Ainda que a presente estimativa tenha se limitado a apenas quatro medicamentos, seus resultados já demonstram magnitude financeira relevante", afirma a nota.

Depois do STF

Para apoiadores da ideia, a criação do mecanismo de ajuste representaria uma espécie de compensação ao atraso das análises de patentes que não estejam relacionadas com o autor do pedido.

A defesa começou a ganhar corpo depois que o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional um mecanismo que permitia a extensão da patente, no caso de medicamentos.

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

Quando a patente termina e, com isso, o direito ao monopólio, abre-se espaço para que possam surgir no mercado versões genéricas de medicamentos. No caso de produtos sintéticos, o desconto para genéricos deve ser de pelo menos 35%.

.

O documento do Ministério da Saúde, no entanto, alerta para os riscos: "Ao retardar a concorrência e prolongar artificialmente estruturas de monopólio, a proposta tende a elevar preços, restringir a eficiência concorrencial e impor ônus financeiro adicional a toda a política de acesso a medicamentos no País", argumentam os técnicos do Ministério da Saúde. "No âmbito das finanças públicas, isso compromete a alocação eficiente de recursos escassos, reduz a capacidade estatal de expansão do acesso a tratamentos essenciais e amplia custos de oportunidade relevantes, na medida em que recursos potencialmente direcionáveis à incorporação de novas

tecnologias."

O documento argumenta ainda que para saúde suplementar o prejuízo também é evidente. "A elevação persistente dos preços de medicamentos tende a pressionar despesas assistenciais, comprometer a sustentabilidade econômico financeira das operadoras de planos de saúde privados e intensificar os re-

passes de custos aos beneficiários."

## MIGALHAS nº 6.372

Quinta-Feira, 18 de junho de 2026 - Migalhas nº 6.372.

Fechamento às 07h25.

"A alma da gente dá vida às coisas externas, amarga ou doce, conforme ela for ou estiver."

Machado de Assis

Saúde mental no trabalho

Em liminar concedida a entidades ligadas à Fiesp, a Justiça Federal suspendeu a aplicação de exigências da NR-1 sobre riscos psicossociais, apontando possíveis falhas na elaboração da norma e dúvidas sobre os critérios de fiscalização. Antes de medir a ansiedade alheia, parece que será preciso calibrar os instrumentos. ()

Freio na campanha

Justiça Federal determinou a suspensão dos anúncios pagos do governo Federal nas redes sociais em defesa do fim da escala 6x1. Para a magistrada, há indícios de uso inadequado da publicidade institucional para promover proposta ainda em discussão no Congresso. ()

Nova moldura

STF ajustou redação da tese sobre responsabilidade das plataformas digitais, prevendo responsabilidade solidária em determinadas hipóteses, presunção relativa de culpa, ressalva para dúvida razoável e prazo de 60 dias para adaptação. ()

À espera do Congresso

STF decidiu manter até junho de 2027 os atuais critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados e devolveu a bola ao campo político. Em linguagem menos jurídica: o relógio continua correndo, mas o placar legislativo segue inalterado. ()

Amargura jurisdicional

A propósito do tema acima, ministros Flávio Dino e Cármen Lúcia deixaram escapar certa impaciência com a demora parlamentar. ()

Caso Mari Ferrer

STF iniciou julgamento que pode definir um marco importante para a proteção de vítimas de violência sexual. A Corte discute se provas produzidas em ambiente de humilhação, constrangimento ou revitimização devem ser consideradas inadmissíveis. ()

Nome aos bois

Durante sessão no STJ, ministro Schietti criticou o segredo de Justiça em favor de um promotor de Justiça investigado por corrupção passiva: "Deve ser tratado como qualquer outro acusado." Em matéria penal, privilégios excessivos costumam produzir mais suspeitas do que proteção. ()

Ralo abaixo

STJ recebeu denúncia contra procuradora regional do Trabalho e contadora por suposto esquema de desvio milionário de verbas públicas destinadas a projetos sociais. ()

Um só clique

Certidões de nascimento, casamento e outros documentos poderão ser solicitados em diferentes cartórios do país por meio de uma única plataforma. A novidade será apresentada pelo CNJ na próxima semana. ()

Rota processual

Corte Especial do STJ definiu que cabe à 2ª seção julgar casos de acidentes envolvendo passageiros em transporte público. ()

Nulidade relativa

2ª seção do STJ reafirmou que tribunais não podem reconhecer de ofício o cerceamento de defesa em causas que envolvam direitos disponíveis, por se tratar de nulidade relativa que depende de alegação da parte interessada. ()

Crime ambiental em debate

Em artigo, as advogadas Tarsila Fonseca Tojal e Giovanna Oliveira Castilio sustentam que o artigo 68 da lei de crimes ambientais apresenta problemas de constitucionalidade e gera insegurança jurídica. ()

Direitos humanos



Nova lei cria, no âmbito do CNJ, departamento para monitorar o cumprimento de decisões e recomendações de organismos internacionais de Direitos Humanos dirigidas ao Brasil. ()

### Bloqueio hormonal

Adolescente trans obteve autorização judicial para realizar bloqueio hormonal da puberdade. TRF-4 afastou, no caso concreto, restrição prevista em resolução do CFM. ()

### Violência obstétrica

Gestante que pretendia ter parto normal será indenizada após ser pressionada a optar por cesárea e ouvir comentários desrespeitosos da equipe médica. ()

### No pódio da condenação

TST condenou banco por expor empregados em ranking de produtividade. ()

### Postagem cara

TRT-9 confirmou indenização a ex-empregado exposto no Instagram após ajuizar ação contra empresa. ()

### Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

### Colunas

#### ABC do CDC

Ao analisar os critérios para a fixação do dano moral, Rizzatto Nunes destaca o peso da reincidência do ofensor, das condutas atenuantes e da função punitiva da indenização na prevenção de novas infrações. ()

### Migalhas Edilícias

A irregularidade imobiliária tem raízes históricas profundas e segue como entrave ao desenvolvimento. Fernanda Leitão e Ian Samitrius Lima Cavalcante analisam os desafios da regularização fundiária no Brasil. ()

### Migalhas Marítimas

A hipoteca marítima e sua validade no Brasil são analisadas por Lucas Leite Marques e Carolina Calanca, com destaque para a decisão do STJ que reforçou a segurança jurídica das garantias no setor naval. ()

### Migalhas de peso

- "Quinze anos do ministro Sebastião Reis Júnior no STJ, técnica, objetividade e compromisso com as garantias", por David Metzker (Metzker Advocacia). ()

- "Governo Federal amplia pacote de medidas para mitigar impactos do conflito no Oriente Médio sobre o setor de combustíveis", por Raphael Moraes Paciello, Patrick Rajala e Hugo Gesualdo (Pinheiro Neto Advogados). ()

- "O exame de legitimidade do art. 128 da LPI e os limites da atuação do **INPI**", por Angelica Figueira (DANIEL). ()

- "IRPF e educação inclusiva: Sentença de mérito afasta limite de dedução para criança com TEA", por Edison Carlos Fernandes e Carlos Eduardo Borghi Plá (FF Law). ()

- "A próxima fronteira das PPPs educacionais é o aprendizado", por Henrique Silveira (Mattos Filho). ()

- "O **INPI** amplia o diálogo com as partes interessadas em uma iniciativa fundamental para a comunidade de **propriedade intelectual**", por Mariana Mostardeiro (Dannemann Siemsen). ()

- "Impacto da redução da jornada de trabalho - Análise da PEC 221/19", por Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade (Figueiredo Ferraz Advocacia). ()

- "O PL 6.455/25 e o acesso do terceiro setor à recuperação judicial", por Cybelle Guedes Campos e Lívia Gavioli Machado (Moraes Jr. Advogados). ()

- "Consentimento para ingresso domiciliar não autoriza busca irrestrita: O STJ e os limites constitucionais da fishing expedition", por Daniela Caldas Rosa Alves Coelho e Renato Gustavo Alves Coelho (Rosa Dias Guerra Advogados). ()

- "O paradoxo das ações afirmativas nas eleições majoritárias", por Carla Maria Nicolini, Stella Bruna Santo e Gabriel Azevedo Borges (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRA-DEP). ()

- "Violência algorítmica: Um desafio jurídico para a proteção das mulheres", por Marihá Viana (Peter Fernandes e Marihá Viana Advogados Associados). ()

- "A nova geopolítica dos investimentos", por Welber Barral e Frederico Lamego (Barral, Parente e Pinheiro Advogados). ()



- "Alteração de direção e rescisão contratual: Onde cessa a estratégia e onde começa o inadimplemento?", por Youri Nésio Abreu (Bicalho Legal Consulting P.A.). ()

- "Fim da escala 6x1: O que está em discussão no Congresso e como isso pode impactar as relações de trabalho", por Ana Lúcia Pinke Ribeiro de Paiva e Marcos Rafael Faber Galante Carneiro (Araújo e Policastro Advogados). ()

- "Interesse de agir, litigância abusiva e coerência sistêmica: O diálogo entre os Temas 1.198 e 1.396", por Viviane Ferreira (PRD | Parada Advogados). ()

#### Novos sócios

Cescon Barriou Advogados reforça sua estratégia de crescimento com a chegada de três novos sócios: Paloma Lima passa a integrar a área de Infraestrutura e Project Finance, em SP, e Clarissa Viana e João Paulo Ayres fortalecem a prática Tributária em BH. ()

#### Congresso IBRADIM

Últimos ingressos disponíveis! Nos dias 27 e 28/8, Salvador receberá grandes nomes do setor para 50 painéis sobre os principais desafios e tendências do Direito Imobiliário. Confira a programação. ()

#### Baú migalheiro

Há 47 anos, em 18 de junho de 1979, os presidentes Jimmy Carter e Leonid Brejnev assinaram, em Viena, o segundo Tratado de Limitação de Armas Estratégicas. O pacto buscava conter a corrida armamentista entre as duas superpotências durante a Guerra Fria. Embora não tenha sido ratificado pelo Senado dos Estados Unidos, o SALT II influenciou negociações posteriores sobre controle nuclear e tornou-se um marco da política de distensão entre Washington e Moscou. (Compartilhe)

#### Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

#### Sorteio

Quer concorrer a um exemplar da obra "Os Gestores de Fundos de Investimento e a Regra da Decisão Negocial no Brasil (Business Judgment Rule)" (Thoth Editora, 228p.)? A publicação, escrita por João Ricardo Tavares Oliveira (Buriel, Tavares & Holanda Advogados), analisa a responsabilidade dos gestores de fundos no mercado de capitais à luz da regulação brasileira e da atuação

da CVM. Participe do sorteio! ()

#### Novidades

AASP promoverá, em 23/6, o lançamento de uma edição especial da "Revista da AASP", dedicada aos 35 anos do CDC. () Acaba de ser lançada a 55ª edição da obra "CLT Comentada Saad (2026)", de Eduardo Gabriel Saad, José Eduardo Duarte Saad e Ana Maria Saad Castello Branco (Saad Advocacia). A nova edição aborda a legislação trabalhista integralmente atualizada, contendo comentários analíticos artigo por artigo, consolidação da jurisprudência recente (Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Precedentes Normativos do TST) e o impacto das alterações legislativas mais recentes nas relações materiais e processuais do trabalho, como a NR1. ()

Cassel Ruzzarin Advogados lançou ontem a 1ª edição da "Revista RPPS e RGPS". () Pinheiro Neto Advogados divulgou alerta informativo sobre o julgamento de ontem do STF que consolidou novo regime de responsabilização das plataformas digitais. ()

#### Migalhíssimas

Comitê Previdenciário da Associação Brasileira de Advocacia Tributária - ABAT realiza hoje, a partir das 16h30, um webinar para discutir a tributação da folha de salários - tema de ampla repercussão em razão das discussões que propõe mudanças significativas na legislação. Marcello Pedroso, de Demarest Advogados, participa do evento ao lado de Cristiane Matsumoto, de Pinheiro Neto Advogados, e Pedro Ackel. () Machado Meyer Advogados participa de dois dos principais eventos internacionais voltados à inovação no setor jurídico, que acontecem ao longo deste mês na Europa. Sávio Andrade representa o escritório no "Legal Tech Talk" que acontece até hoje, em Londres, e no "Legal Innovators Europe", em Paris, dias 24 e 25. Matheus Coelho, de Jacó Coelho Advogados, participa do painel "Transformação jurídica e o futuro do trabalho", durante o evento "Legal OPS e o Futuro do Jurídico". Dia 25/6, às 18h30, em Goiânia. () Ontem, em Brasília, aconteceu a cerimônia de posse do advogado Mauro de Azevedo Menezes (Mauro Menezes & Advogados) como novo integrante da ABDT - Academia Brasileira de Direito do Trabalho, ocupando a Cadeira nº 82 da entidade. A cerimônia teve início com o "42º Colóquio da Academia Brasileira de Direito do Trabalho". Além disso, o evento marcou o lançamento do livro "De-

safios atuais ao equilíbrio de poder no Direito do Trabalho", de autoria de Mauro Menezes. ( ) Filipe Fonteles Cabral (Dannemann Siemsen) participou ontem do "Seminário de Abertura do Curso **Propriedade Intelectual**, Marcas e Novas Tecnologias", em Brasília. Responsável pela palestra de encerramento do evento, o advogado abordou o tema "Inteligência Artificial e NIL - Name, Image and Likeness". O curso é resultado de uma iniciativa conjunta da ENFAM, do ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e da **ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual**, contando ainda com a parceria da International Trademark Association. Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados e Qualcomm lançam o "L2Pro Brazil", programa gratuito e online de capacitação em **Propriedade Intelectual** para inovadores. ( ) Paula Lima Hyppolito Oliveira, de Caputo, Bastos e Serra Advogados e presidente da AASP, venceu o prêmio "Latin America Anti-Corruption/White Collar Lawyer of the Year 2026". ( ) Pinheiro Neto Advogados foi reconhecido como "Law Firm of the Year - Pharma, Healthcare & Life Sciences" pelo "The Latin American Lawyer Women Awards 2026", e como "Intersectional Diversity Firm of the Year: Latin America" na premiação "Women in Business Law Americas Awards 2026".

#### Integridade corporativa

FGV LAW (FGV Direito SP) está com inscrições abertas para o curso de curta duração "Compliance Empresarial e Gestão de Riscos Corporativos", que aborda a implementação de programas de integridade e o fortalecimento da governança nas organizações. Inscreva-se.( )

#### Transição energética

FGV Direito Rio promove curso executivo sobre petróleo, gás e transição energética. As inscrições seguem até 7/9 e as aulas serão realizadas às segundas e quartas-feiras, das 19 às 22h. ( )

#### IA na advocacia

Trybe promoverá, de 22 a 25/6, a "Imersão Claude para Advogados", com foco em automação de tarefas, análise documental e captação de clientes. Os 100 primeiros inscritos terão 50% de desconto. ( )

#### Proteção internacional

ClarkeModet Brasil realizará, em 30/6, às 10h, webinar gratuito sobre proteção internacional de

tecnologias. O encontro abordará expansão global, desafios regulatórios e monetização de ativos tecnológicos. ( )

#### Infraestrutura e logística

OAB/SP realizará, nos dias 24 e 25/6, congresso sobre infraestrutura, logística e desenvolvimento sustentável, reunindo especialistas para debater concessões, energia e saneamento. ( )

#### Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

#### Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

MA/São José dos Basílios

MG/Itumirim

PA/Paragominas

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

#### Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Trump Lashes Out at Critics of Deal as Details Emerge"

The Washington Post - EUA

"Trump touts his Iran pact"

Corriere della Sera - Itália

"Iran, i 14 punti dell'accordo"

Clarín - Argentina

"Los aliados de Milei le ponen plazo para que se vaya Adorni"

El País - Espanha

"Zapatero declara que no influyó en el rescate: "Pido confianza""

Público - Portugal

"Tribunal anula colocação de 80 inspectores-chefe da Polícia Judiciária"

Die Welt - Alemanha

"Ursula von der Leyens Rückzug bahnt sich an"

The Guardian - Inglaterra

"Team Burnham talk ministers out of resigning to avoid chaos"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Em diálogo com Vorcaro, Motta pediu empréstimo para cunhada"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"BC reduz Selic em 0,25 para 14,25% ao ano e deixa futuro de cortes em aberto"

O Globo - Rio de Janeiro

"No G7, química dá lugar a atrito, e Lula rebate Trump: 'Não se meta na eleição'"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Troca de farpas no G7"

Correio Braziliense - Brasília

"Flávio e Lula têm empate técnico em 1º turno no DF"

Zero Hora - Porto Alegre

"Show de gols no melhor jogo do Mundial até agora."

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Diálogos unem Hugo Motta a negócios com Daniel Vorcaro"

## Exame de legitimidade do art.128 da LPI e limites da atuação do INPI



O exame de legitimidade do art. 128 da LPI e os limites da atuação do **INPI** Angelica Figueira A análise dos requisitos para pedidos de marca ganha novos contornos diante da expansão dos negócios e dos desafios da proteção marcária. quinta-feira, 18 de junho de 2026

Atualizado em 17 de junho de 2026 16:04

Nos últimos anos, tornou-se cada vez mais comum que o **INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial** formule exigências relacionadas à legitimidade do requerente durante o exame de pedidos de registro de marca. Em determinadas situações, a autarquia solicita documentos destinados a comprovar que a atividade efetivamente exercida pelo requerente guarda correspondência com os produtos ou serviços reivindicados no pedido.

À primeira vista, trata-se de prática plenamente compatível com a lei. Afinal, o art. 128 da lei 9.279/96 estabelece que somente podem requerer registro de marca as pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividade lícita e efetiva relacionada aos produtos ou serviços que pretendem distinguir.

O tema, contudo, merece reflexão mais aprofundada.

Embora não haja controvérsia quanto à competência do **INPI** para verificar a legitimidade do requerente, surgem questionamentos quando esse contro-

le passa a produzir efeitos que ultrapassam a simples análise dos requisitos marcários e passam a interferir, ainda que indiretamente, na dinâmica de determinados mercados.

Recentemente, tem sido possível observar situações em que empresas consolidadas, titulares de marcas amplamente conhecidas e atuantes em segmentos específicos, recebem exigências para comprovação de legitimidade em classes que representam extensões naturais de suas atividades econômicas. Em outros casos, o debate surge em setores sujeitos a forte regulação estatal, nos quais a análise da legitimidade acaba inevitavelmente se aproximando de discussões sobre a própria licitude da atividade econômica pretendida.

Nesse contexto, torna-se necessário distinguir duas questões que nem sempre recebem o mesmo tratamento: a legitimidade do requerente e a regulação da atividade econômica.

A primeira decorre diretamente da lei da **propriedade industrial**. A segunda, em regra, é atribuída a órgãos especializados que exercem competências regulatórias próprias.

A função histórica do art. 128 da LPI parece estar relacionada à prevenção de registros especulativos. O dispositivo busca impedir que terceiros, sem qualquer vínculo com determinado segmento econômico, obtenham monopólios marcários artificiais apenas para bloquear concorrentes ou negociar direitos posteriormente. Trata-se de mecanismo importante para preservar a coerência do sistema marcário e evitar abusos.

Sob essa perspectiva, o exame de legitimidade representa instrumento legítimo de proteção do próprio sistema de marcas.

A questão torna-se mais complexa, entretanto, quando a interpretação do dispositivo passa a exigir uma correspondência excessivamente rígida entre a atividade atualmente exercida pelo requerente e o escopo de proteção pretendido.

A realidade empresarial contemporânea dificilmente se enquadra em compartimentos estanques. Empresas tradicionalmente associadas a um determinado produto frequentemente expandem suas atividades para serviços digitais, plataformas tecnológicas, programas de fidelidade, operações de varejo, licenciamento e diversas outras iniciativas que complementam seu negócio principal.

Nesse cenário, a marca deixa de identificar apenas um produto específico e passa a representar um verdadeiro ecossistema empresarial.

Exigir que toda expansão marcária esteja acompanhada da demonstração prévia de exploração efetiva e imediata de cada atividade reivindicada pode acabar produzindo um efeito que talvez não tenha sido pretendido pelo legislador: a limitação de estratégias legítimas de crescimento e diversificação empresarial.

A discussão ganha contornos ainda mais sensíveis quando o exame de legitimidade se aproxima de avaliações relacionadas à licitude regulatória de determinados setores econômicos.

Nessas hipóteses, surge uma questão institucional relevante. Ao condicionar o acesso ao sistema marcário à análise de elementos que extrapolam a legislação de **propriedade industrial**, estaria o **INPI** apenas aplicando o art. 128 da LPI ou assumindo, ainda que indiretamente, uma função regulatória que não lhe foi expressamente atribuída?

Naturalmente, não se pretende defender que o **INPI** deva abandonar o controle de legitimidade previsto em lei. Esse controle é indispensável para a integridade do sistema marcário.

Por outro lado, também parece necessário reconhecer que o princípio da legalidade administrativa impõe limites à atuação estatal. A competência do **INPI** decorre da Lei da **Propriedade Industrial** e não pode ser ampliada indefinidamente por via interpretativa.

O desafio, portanto, não está em escolher entre controlar ou não controlar a legitimidade do requerente. O verdadeiro desafio consiste em definir até onde esse controle pode avançar sem que se transforme em um instrumento indireto de ordenação econômica.

A resposta não é simples. Contudo, à medida que as marcas assumem papel cada vez mais relevante na estratégia empresarial e que os mercados se tornam mais dinâmicos e interconectados, a discussão sobre os limites da atuação administrativa do **INPI** tende a ganhar importância crescente.

Mais do que uma questão de exame marcário, trata-se de refletir sobre o alcance das competências administrativas e sobre o equilíbrio entre proteção da **propriedade industrial**, liberdade econômica e segurança jurídica.

Angelica Figueira Advogada especialista em Direito Marcário.

Daniel Advogados



## INPI amplia diálogo com comunidade de propriedade intelectual



**INPI** amplia a participação da comunidade de **propriedade intelectual** por meio do diálogo permanente, promovendo inovação, transparência e aprimoramento dos serviços.

O **INPI** amplia o diálogo com as partes interessadas em uma iniciativa fundamental para a comunidade de **propriedade intelectual**. Mariana Mostardeiro **INPI** amplia a participação da comunidade de **propriedade intelectual** por meio do diálogo permanente, promovendo inovação, transparência e aprimoramento dos serviços.

quinta-feira, 18 de junho de 2026

Atualizado em 17 de junho de 2026 16:20

O "Diálogo Permanente com as Partes Interessadas" é uma iniciativa liderada pelo **INPI**, alinhada ao seu plano de ação 2025, e que visa identificar as necessidades e expectativas dos usuários e parceiros. Com o tempo, tornou-se um importante canal de engajamento, promovendo uma interação mais próxima com as partes interessadas e apoiando melhorias contínuas no sistema de **propriedade intelectual**.

As reuniões são realizadas no auditório do **INPI**, no Rio de Janeiro, e também transmitidas ao vivo pelo YouTube, permitindo uma participação mais ampla para aqueles que não podem comparecer pessoalmente. Desde 2025, várias sessões foram realiza-

das, reunindo representantes da indústria, profissionais do direito e especialistas em **propriedade intelectual**.

Em 2026, as discussões se concentraram em temas práticos e voltados para o futuro. Na área de patentes, elas incluíram o planejamento do **INPI** para 2026 e mudanças nos procedimentos de exame prioritário. Outro tema relevante foi a revisão das diretrizes para "Novos Usos de Produtos Conhecidos", com o objetivo de atualizar a estrutura atual sem introduzir mudanças significativas na forma como os requisitos de patenteabilidade são examinados nesse campo.

O diálogo também impulsionou iniciativas nas áreas de marcas registradas e desenhos industriais. Novas regras para o exame prioritário de marcas registradas introduzem categorias alinhadas às políticas públicas, incluindo comunidades tradicionais, agricultores familiares e startups. As mudanças também simplificam os requisitos de documentação em certos casos e aumentam o limite de pedidos por período de quatro meses de 1.200 para 1.500.

Ao mesmo tempo, as discussões sobre marcas de posição exploraram uma mudança para uma abordagem baseada na distintividade, considerando a posição específica da marca e como ela é percebida pelos consumidores. A proposta deverá ser submetida a consulta pública entre junho e julho de 2026.

No âmbito dos desenhos industriais, resultados recentes mostraram um aumento significativo no número de decisões, e medidas adicionais estão planejadas para 2026. Estas incluem a atualização do manual de desenhos industriais, a introdução de ferramentas de IA para apoiar o processamento de pedidos e a criação de uma via de exame prioritário.

Outras discussões abordaram uma nova plataforma de serviços integrada, lançada em versão beta em dezembro de 2025, que reúne ferramentas de pesquisa de marcas e patentes em um único ambiente. Também foram apresentados avanços em automação, voltados especialmente para a otimização dos fluxos de trabalho de patentes e para permitir o

envio de documentos no formato DOCX.

A primeira reunião de 2026, realizada em 29 de janeiro, apresentou as principais prioridades para o ano e preparou o terreno para as iniciativas discutidas nas reuniões subsequentes. Essas discussões refletem um esforço contínuo para melhorar a eficiência, a segurança jurídica e a qualidade geral dos serviços.

O diálogo tornou as interações entre os usuários e o **INPI** mais diretas e práticas. Ele ajudou as partes interessadas a compreender melhor as mudanças processuais, ao mesmo tempo em que proporcionou ao Instituto uma visão mais clara das necessidades

da comunidade. Essa troca contínua fortaleceu a cooperação e contribuiu para um sistema mais transparente e ágil.

Mariana Mostardeiro Advogada e pós-graduada em Direito da **Propriedade Industrial**. Graduada em engenharia elétrica e possui mestrado em Sistemas de Comunicações pela PUC-Rio

Dannemann Siemsen



## Novo Nordisk acusa EMS de violar suas marcas



Sem conseguir estender a patente da semaglutida, empresa vai à Justiça para barrar o "Ozempic nacional"

**\*\*CAPITAL\*\***

**\*\*RENNAN SETTI\*\***

Depois de ter perdido a batalha pela extensão da patente da semaglutida, princípio ativo de medicamentos como o Ozempic, a gigante dinamarquesa Novo Nordisk adotou outra estratégia para barrar a recém-lançada caneta emagrecedora da EMS. A empresa acusa o produto da farmacêutica brasileira, o Ozivy, de violar suas marcas Ozempic e Wegovy.

A companhia acaba de processar a EMS e o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)** na 31ª Vara Federal do Rio, pedindo a nulidade do registro da marca Ozivy, concedido em março. Segundo a Novo Nordisk, o nome causa confusão,

associação indevida e "aproveitamento parasitário da reputação alheia".

"A EMS poderia ter escolhido qualquer sinal próprio, autônomo e suficientemente distinto para identificar seu produto. Não o fez. Optou por OZIVY, marca curta que começa com OZ, como OZEMPIC, e termina com VY, como WEGOVY. A escolha não se explica por exigência técnica, regulatória, farmacológica ou terapêutica", escreveram os advogados da Novo Nordisk. "O sinal OZIVY não remete à semaglutida, à indicação terapêutica ou a qualquer característica objetiva do medicamento. Sua lógica está na aproximação com as marcas da Novo".

Ainda não há decisão da Justiça sobre a ação, iniciada na noite de quarta-feira.

Procurada, a EMS disse que "recebeu a ação com tranquilidade e confia na manutenção do registro de marca concedido pelo **INPI**". Segundo a empresa, "Ozivy é uma marca original, construída por meio de um processo técnico e independente de desenvolvimento de branding farmacêutico".

O Ozivy começou a ser vendido no Brasil esta semana, com aval da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** para tratar diabetes tipo 2. No programa Vida + Leve, da EMS, um pacote com duas canetas multidoses de 1 mg, para três meses de tratamento, custa R\$ 863,23 - o equivalente a R\$ 287 por mês.

Este texto foi originalmente publicado na coluna de negócios Capital, no site do GLOBO: [blogs.oglobo.globo.com/capital](https://blogs.oglobo.globo.com/capital)

## Quem consegue guardar um segredo comercial?



O equilíbrio entre proteger ideias e acorrentar funcionários é delicado

Estudo mostra que segredos industriais vazam em cerca de um ano na maioria dos setores

Tenho certeza de que ele não foi até lá para degustar o vinho Dolcetto d'Alba. A missão de John Lombe era de espionagem industrial. Ele viajou ao Piemonte com o objetivo de aprender a arte local de fiar a seda em fios resistentes. Como ninguém se disporia a lhe ensinar - já que a prática era ilegal -, ele esperou que todos dormissem para esboçar diagramas das máquinas de fiação à luz de velas.

Em 1717, Lombe levou os desenhos de volta para Derby, na Inglaterra. Lá, às margens do rápido rio Derwent, ele e seu meio-irmão, Thomas, construíram a primeira grande fábrica moderna do mundo. O próprio Lombe não viveu para colher os frutos de seu empreendedorismo: morreu repentinamente aos 29 anos. Rumores dizem que os piemonteses enviaram uma "mulher astuta" aos Midlands ingleses para assassiná-lo.

Se isso é verdade ou não, a proteção de segredos comerciais sempre foi um jogo de alto risco. A ilha veneziana de Murano é famosa por seus vidros e, por sua localização ligeiramente afastada de La Serenissima, é descrita por alguns como o primeiro parque industrial da história. Uma das justificativas para a transferência total das vidrarias de Veneza para Murano, em 1291, é que a medida reduzia o risco de os fornos causarem incêndios; no entanto,

o motivo real também pode ter sido exercer maior controle sobre os segredos da fabricação do vidro.

Os mestres vidreiros de Murano tinham muitos dos privilégios da nobreza veneziana, mas eram proibidos de deixar Veneza sem permissão. Compartilhar os segredos do vidro local com uma potência estrangeira equivalia a receber a pena de morte. Obviamente, os segredos não duraram para sempre. O ministro das Finanças da França, Jean-Baptiste Colbert, foi um dos que atraíram mestres venezianos para compartilhar suas técnicas. No final dos anos 1600, considerava-se que o melhor vidro francês rivalizava com o de Veneza.

A pena de morte não é mais aplicada a quem revela segredos comerciais. Contudo, os envolvidos podem chegar a desejar que ela existisse. Em um caso rumoroso de 1962, um engenheiro químico chamado Donald Wohlgemuth anunciou sua intenção de deixar a BF Goodrich Company para aceitar um emprego na concorrente International Latex Corporation. Em outro episódio, em 2010, o executivo do setor de panificação Chris Botticella pediu demissão do Grupo Bimbo para se transferir para a Hostess Brands. Em ambos os casos, os empregadores preteridos processaram os profissionais, sob a alegação de que segredos comerciais seriam revelados, causando prejuízos irreparáveis.

Quais eram os segredos em questão? No caso da Goodrich, tratava-se de técnicas complexas envolvidas na fabricação de trajes espaciais para a Nasa. Para a Bimbo, alegou-se o envolvimento de vários documentos confidenciais, mas as atenções se voltaram para o processo de panificação necessário para produzir as famosas cavidades internas dos muffins ingleses da marca Thomas'.

Após um desgastante processo judicial, Wohlgemuth finalmente começou a trabalhar na Latex. Afinal, o simples fato de ele ter a oportunidade de vazar segredos comerciais não significava que faria isso. O paralelo citado no tribunal foi marcante: um funcionário que detém segredos é como um cão com dentes - não se pode presumir que o animal seja perigoso antes que ele morda alguém.

Se Wohlgemuth saiu desgastado, Botticella ficou arruinado. Diante da perspectiva de audiências judiciais prolongadas, a Hostess Brands declarou ao jornal The New York Times que "precisava seguir em frente" e retirou a proposta de emprego. Botticella perdeu ambos os postos - além da perspectiva de recolocação no setor. Mais tarde, ele afirmou ao podcast Revisionist History: "Você nunca entenderá o impacto que isso teve na minha vida pessoal e profissional".

A situação poderia ter sido pior. Em 2016, o engenheiro Anthony Levandowski deixou a Waymo (unidade de carros autônomos do Google que ele ajudara a criar) para fundar uma startup do mesmo segmento. A empresa foi rapidamente comprada pela Uber e, pouco tempo depois, Levandowski foi acusado de roubar segredos comerciais da Waymo. Ele foi condenado a 18 meses de prisão, e a Uber aceitou pagar um acordo de quase 250 milhões de dólares.

Esses casos têm mais minúcias do que os próprios muffins da marca Thomas'. A Goodrich realmente tinha tamanha liderança tecnológica no design de trajes espaciais? O Grupo Bimbo de fato possuía um produto superior ou estava apenas conciliando dois objetivos ao dificultar a ida de funcionários para a concorrência e, ao mesmo tempo, inflar a tese de que detinha uma fórmula especial? (Nunca provei um muffin da marca, mas suspeito fortemente que, por mais saboroso que seja tostado e com manteiga, nenhum pão industrializado tende a ser único.)

Isso não significa que segredos comerciais sejam irrelevantes. Um estudo recente de Albrecht Glitz e Erik Meyersson analisou a espionagem industrial na Guerra Fria durante as décadas de 1970 e 1980. Eles concluíram que informantes da Alemanha Oriental conseguiram divulgar dados úteis suficientes para aproximar a produtividade do país de forma mensurável à da Alemanha Ocidental. Curiosamente, esses esforços foram mais bem-sucedidos nos setores da Alemanha Oriental que já funcionavam de maneira razoável. (Se Chris Botticella tivesse levado os segredos do muffin perfeito para a Uber,

ou se Levandowski tivesse entregado os projetos de sensores para a Hostess Brands, as ideias provavelmente teriam caído em solo infértil.)

O vazamento de segredos industriais pode, portanto, prejudicar significativamente a empresa que perde a informação e beneficiar os concorrentes que a adquirem. Mas, como sempre ocorre com a **propriedade intelectual**, há um equilíbrio delicado: pouca proteção às ideias faz com que ninguém invista no conhecimento necessário para criar um veículo autônomo ou assar o muffin perfeito; proteção excessiva gera monopólios e sufoca a criatividade.

Há bons argumentos para proteger ideias caras - como o desenho de um avião ou a fórmula de um composto farmacêutico- por um período limitado. No entanto, isso não deve servir de pretexto para subjugar funcionários. Independentemente dos méritos jurídicos do caso de Botticella, é difícil encontrar uma justificativa de interesse público para blindar uma receita de muffin que o Grupo Bimbo se orgulha de dizer que tem 146 anos.

Felizmente, a maioria dos segredos comerciais não dura. Um estudo de 1985 do economista Edwin Mansfield analisou 100 empresas americanas para avaliar a rapidez com que concorrentes descobriam informações detalhadas sobre novos produtos e processos confidenciais. A resposta foi de cerca de um ano para produtos e 15 meses para processos industriais complexos. Alguns segredos - sobretudo nas indústrias química e de vidros- duravam mais, mas, em geral, as informações vazavam rápido.

Isso é um problema? Se a tecnologia em si for prejudicial, talvez. Mas, da seda aos trajes espaciais e aos carros autônomos, devemos presumir que os trabalhadores vão mudar de emprego e que, mesmo sem copiar projetos ou códigos de algoritmos, levarão as boas ideias consigo. O próprio Vale do Silício foi construído com base nessa mobilidade. O mundo, no geral, ganha quando as boas ideias não demoram a se espalhar.



## Projeto de terras raras no Congresso aprofunda reprimarização da economia



Modelo Mineral Brasileiro concentra decisões nos interesses das empresas e marginaliza a sociedade

Projeto não prevê mecanismos de consulta livre, prévia e informada às comunidades afetadas

O tema da extração de terras raras tem ocupado a mídia e permeado as conversas entre os brasileiros. O país possui 19% das reservas globais de terras raras. Nesse contexto, ganha força no Congresso a aprovação do projeto de lei (PL) 2.780/2024, que estabelece a PNMCE (Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos). Trata-se de uma esperança recorrente de redenção do país por meio da exploração de recursos naturais.

A justificativa para a provável aprovação do PL está enraizada em outra esperança também recorrente na sociedade brasileira: a industrialização. Acredita-se que as terras raras possam ser a base da revolução científico-tecnológica, promovendo uma economia digitalizada.

É pertinente definir que a industrialização deve atender setores intensivos em trabalho e atados à economia popular, ou seja, a verticalização não deve concentrar renda. O pilar deste processo é a negociação soberana de tais bens minerais envolvendo a troca de **propriedade intelectual** e tecnologias monopolizadas por corporações estrangeiras. Só assim seria possível verticalizar a estrutura produtiva. Por fim, o Estado deveria ser o indutor do processo.

Até aqui, poucas novidades. É quando entra em cena o eixo decisivo deste processo: o MMB (Modelo Mineral Brasileiro). Ele é o conjunto de escolhas tecnológicas, arranjos institucionais, infraestruturas e relações sociais que organizam a atividade mineradora no país. Qualquer processo de industrialização a partir da mineração que não rompa com o atual MMB está fadado à repetição das tragédias e crimes sistemáticos da mineração no Brasil.

Um dos problemas fundamentais do MMB é sua governança. Atualmente, o processo decisório é capturado pelos interesses das mineradoras, marginalizando a sociedade e, sobretudo, as populações atingidas pela atividade. A formulação de um novo modelo exige que a participação popular e a transparência pautem o processo deliberativo.

Nesse sentido, tornam-se centrais mecanismos como a consulta livre, prévia e informada, a criação de conselhos participativos, a demarcação de territórios livres de mineração e o fortalecimento de órgãos fiscalizadores. Complementarmente, o novo arranjo deve garantir a redistribuição da renda mineral e a formulação de uma estratégia nacional para as terras raras que integre as comunidades atingidas e os trabalhadores do setor.

A análise do cenário atual revela que o PL 2.780/2024 atua no sentido inverso, aprofundando a reprimarização da economia, fortalecendo o MMB e inviabilizando a industrialização. O substitutivo apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) não inclui mecanismos de **transferência de tecnologia** e absorção de conhecimento científico. Também delega o processo de verticalização às mineradoras, agentes que pouco ou nenhum interesse possuem em verticalizar a produção.

O cenário agrava-se com o fortalecimento dos traços do MMB. Como evidência disso, a composição do CIMCE (Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos) exclui qualquer representação das populações atingidas pela mineração ou dos trabalhadores do setor, perpetuando a centralização nos interesses das minera-

doras na governança mineral.

Em suma, o projeto de lei capitula ante os interesses corporativos e reproduz a inserção subordinada do país no mercado internacional, evocando a formulação do sociólogo Chico de Oliveira, para o qual o

Brasil vivenciaria uma experiência histórica de tragédia permanente. Nessa experiência, a mineração consolida-se como um de seus reflexos mais trágicos.

Apesar da possibilidade de o processo de industrialização trazer benefícios para a população brasileira, tal possibilidade está longe do que vem sendo formulado no Congresso. Como bem advertia Florestan Fernandes, as mudanças no Brasil mais rei-

teram e atualizam o passado do que geram rupturas estruturais. O que percebemos através do PL 2.780/2024 é que a esperança da industrialização a partir das terras raras acaba se tornando uma ilusão.

**TENDÊNCIAS / DEBATES** Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## Existe plágio de roupa? Entenda o que pode acontecer com Shakira depois de acusação de designer brasileira



Cantora usou saia em abertura da Copa do Mundo que tinha o mesmo conceito de peça de profissional brasileira

Na última semana, a estilista brasileira Jheni Ferreira foi às redes sociais para desabafar e relatar um caso em que sentiu-se roubada intelectualmente. Ao ver a cantora Shakira na abertura da Copa do Mundo de 2026, ela percebeu que a saia usada pela cantora trazia um conceito idêntico ao que utilizou para criar uma peça. A saia usada por Shakira foi assinada pela marca italiana Off-White. A semelhança se dava porque são saias feitas de camisas de futebol, como retalhos costurados. No entanto, o que deixou a profissional desconfiada foi que a colombiana usou a sua saia poucas semanas antes do evento.

Quem é a mulher de Dembélé: Influenciadora digital que nunca mostra o rosto e nem a filha do casal Musa da Copa de 2022: Ivana Knoll chama atenção com look especial da Croácia e posa beijando taça

Segundo Jheni, fundadora da marca SSJheni, a equipe de Shakira lhe pediu algumas peças de última hora quando ela esteve no Rio, no início de maio, para o megashow na Praia de Copacabana. A saia acabou no vídeo publicitário feito para anunciar a música oficial da Copa de 2026, "Dai Dai", em parceria com Burna Boy, gravado no Maracanã. Semanas depois, Jheni conta que o stylist da cantora, Nicolas Bru, entrou em contato para tratar da compra da saia, que havia sido alugada para a gravação.

De acordo com a estilista, a criação foi vendida e enviada para um endereço na Itália. Em junho, quando Shakira se apresentou na Cidade do México, a similaridade lhe acendeu o alerta. Muitas pessoas lhe perguntaram se a peça era dela e Jheni conectou os pontos e entendeu que a pessoa para quem enviou a saia era uma estilista da Off-White que a havia seguido no Instagram semanas antes.

### Implicações jurídicas

Mas é possível que uma roupa seja plagiada como uma música, por exemplo? E o caso da cantora com a designer se enquadraria como plágio?

Um croqui ou um desenho é de fato uma obra que é protegida pela legislação como **propriedade intelectual**. Na moda, é o caso de estampas, ilustrações, bordados, aplicações artísticas e outras criações. Mas a ideia de fazer uma saia com as camisas não pode ser classificada como de uma pessoa só.

- Nem toda criação no universo da moda é automaticamente protegida pelo **direito autoral**. O primeiro ponto a ser considerado é a chamada dicotomia entre ideia e expressão, um dos princípios fundamentais desse ramo do direito. A legislação brasileira protege a forma de expressão de uma ideia, e não a ideia em si. Isso significa que conceitos estéticos, estilos, tendências e referências culturais permanecem livres para utilização por terceiros. O que pode ser protegido é a forma original e concreta pela qual essas ideias são materializadas, ou seja, a expressão - explica a advogada especializada em Direito da **Propriedade Intelectual**, Mariana Schwab Guerra Corrêa, que completa: - A legislação brasileira não estabelece um critério quantitativo objetivo ou um percentual mínimo de semelhança capaz de definir o que constitui plágio, razão pela qual a análise deve ser realizada caso a caso.

### Prática pode ser considerada **concorrência desleal**

Mas o fato de um legislação não poder proteger a ideia de criar saias a partir de camisas de futebol não impede que ela tente reivindicar o caso na Justiça. Mesmo que a peça não seja considerada um plágio, ela pode ser enquadrada como **concorrên-**

**cia desleal**, explica a advogada.

- Há várias formas de caracterizar a **concorrência desleal**. Uma delas é o uso de meio fraudulento para desviar a clientela alheia ou obter benefício de forma ilícita - afirma.

Jheni pode buscar um processo no Brasil, onde houve repercussão para ela, na Itália, para onde a peça que acusa foi criada, ou até nos Estados Unidos, onde a equipe de Shakira é baseada e a cantora mora. Na Justiça americana, aliás, há chances de as provas de que outra estilista teve acesso ao seu material tenham maior peso.

- Se há provas de que a pessoa acusada teve acesso à obra previamente, esse é um elemento que costuma ser considerado pelos tribunais para caracterizar o plágio ou a **concorrência desleal**, embora no Brasil não tenhamos a regra do acesso prevista de forma expressa na lei. Já nos Estados Unidos, a força da prova de acesso e o nível de similaridade entre as obras são analisados em conjunto para determinar o plágio - pontua Mariana, que é mestre pela Universidade da Califórnia, em Berkeley.

Shakira pode ser acusada?

No vídeo em que relata o caso, Jheni conta que tratou com uma pessoa da equipe da cantora, o figurinista Nicolas Bru. E também afirma que enviou a peça para a estilista da Off-White, sem ser informada de quem ela era, e acreditando que um novo uso da saia pela cantora poderia lhe ajudar ainda mais profissionalmente, por conta de toda a visibilidade. Para que a artista seja também responsabilizada, seria preciso apurar, no entanto, o quanto ela sabia sobre essas conversas e sobra confecção da nova peça.

- Como a legislação de **direitos autorais** e os tratados internacionais estendem a responsabilidade civil a todos os integrantes da cadeia que obtêm proveito econômico ou de imagem com uma obra, existe fundamento jurídico para que a artista figure como ré solidária no processo, cabendo ao judiciário avaliar o nível de ciência e diligência de sua equipe na escolha do figurino - conclui a advogada.

Procurada pelo O GLOBO, a equipe de Shakira afirmou que não irá comentar o caso.



## Farmacêutica do Ozempic processa uso de caneta brasileira; entenda



Gigante dinamarquesa quer anular registro da marca concedido pelo **INPI**

A farmacêutica dinamarquesa Novo Nordisk entrou na Justiça para tentar impedir o uso da marca Ozivy, medicamento da EMS lançado nesta semana no Brasil para o tratamento do diabetes tipo 2.



Isabela Cardoso

A empresa pede a anulação do registro concedido pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, alegando que o nome escolhido pela farmacêutica brasileira viola as marcas Ozempic e Wegovy.

A ação foi protocolada na 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro e também tem o **INPI** como réu. Até o momento, não há decisão judicial sobre o caso.



Caneta emagrecedora brasileira: veja benefícios, riscos e quem pode usar   
imagem

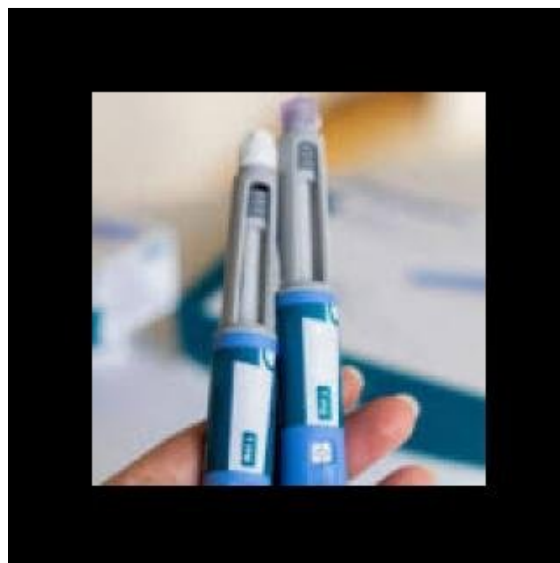
Por que a Novo Nordisk processou a EMS? Na ação, a Novo Nordisk sustenta que a marca Ozivy pode gerar confusão entre consumidores e representa um "aproveitamento parasitário" da reputação construída pelas marcas Ozempic e Wegovy.

Segundo os advogados da empresa, a EMS poderia ter adotado qualquer outra denominação para identificar seu medicamento, mas optou por um nome que, na avaliação da farmacêutica dinamarquesa, combina elementos das duas marcas já consolidadas no mercado.

Continuação: Farmacêutica do Ozempic processa uso de caneta brasileira; entenda



Primeira caneta emagrecedora brasileira chega ao mercado; veja preço  
imagem



Anvisa barra fabricação irregular de substância usada em canetas  
emagrecedoras imagem

Tudo sobre Saúde em primeira mão! Entre no canal do WhatsApp. SAÚDECaneta emagrecedora brasileira: veja benefícios, riscos e quem pode usar SAÚDEPrimeira caneta emagrecedora brasileira chega ao mercado; veja preço FISCALIZAÇÃO-Anvisa barra fabricação irregular de substância usada em canetas emagrecedorasA petição afirma que "Ozivy" começa com "OZ", assim como Ozempic, e termina com "VY", em referência a Wegovy, sem que essa escolha tenha relação com características técnicas, farmacológicas ou terapêuticas do medicamento.

O que diz a EMS?Em nota, a EMS informou que recebeu a ação "com tranquilidade" e afirmou confiar na manutenção do registro da marca concedido pelo **INPI**.

A farmacêutica brasileira declarou que Ozivy é uma marca original, desenvolvida por meio de um processo técnico e independente de branding farmacêutico.

A empresa acrescentou que continuará focada em ampliar o acesso dos pacientes brasileiros a tratamentos de qualidade, defendendo a livre concorrência e o respeito às decisões regulatórias e institucionais do país.

O que é o Ozivy?O Ozivy começou a ser comercializado no Brasil nesta semana e é o primeiro medicamento com semaglutida sintética aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o tratamento do diabetes tipo 2.

O produto é oferecido por meio do programa Vida + Leve, da EMS. O pacote inicial reúne duas canetas multidose de 1 mg, suficientes para os três primeiros meses de tratamento, por R\$ 863,23, o equivalente a cerca de R\$ 287 por mês.

Disputa judicialA nova ação judicial ocorre após a Novo Nordisk perder a disputa pela extensão da patente da semaglutida no Brasil. Agora, a empresa busca impedir o uso da marca Ozivy, concentrando a discussão no campo da **propriedade intelectual** e da proteção de marcas registradas, e não mais na exclusividade do princípio ativo.

# Índice remissivo de assuntos

ABPI .....	5,6,7,8,9
Direitos Autorais .....	19,20
Inovação .....	17,18
Marco regulatório   Anvisa .....	14
Marco regulatório   INPI .....	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,21,22
Patentes .....	1,14
Propriedade Industrial .....	1,2,3,4,10,11,12,13,14,21,22
Propriedade Intelectual .....	5,6,7,8,9,12,13,15,16,17,18,19,20,21,22